

## **PANORAMA DA INSERÇÃO DA JOVEM MULHER NA AGRONOMIA E RELAÇÃO COM AS NOVAS RURALIDADES: RETRATO DO IFRS-CAMPUS SERTÃO**

Maria Tereza Bolzon SOSTER<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Departamento de Ensino, IFRS-Câmpus Sertão, Sertão/RS. email: maria.soster@sertao.ifrs.edu.br

**RESUMO:** Avaliou-se a comunidade acadêmica do curso de Agronomia e os dados foram transcritos em gráficos demonstrativos e relacionados com as atuais ruralidades regionais e brasileiras. O objetivo foi traçar a caminhada histórica das mulheres dentro do ambiente rural profissional, através do curso de Agronomia, realizando-se um estudo do panorama atual. De um total de 170 alunos matriculados no curso, 114 são homens e 56 são mulheres. As mulheres estão contribuindo ativamente para a mudança social agrícola e para novas ruralidades e uma delas é sendo engenheiras agrônomas.

**Palavras-chave:** Gênero, agricultura, profissional rural.

**ABSTRACT:** It was evaluated academic community of the course of Agronomy and the data had been transcribed in demonstrative and related graphs with the current regional and Brazilian ruralities. The objective was to inside trace the historical walked one of the women of the professional agricultural environment, through the course of Agronomy, becoming full filled itself a study of the current panorama. Of a total of 170 pupils registered, 114 are men and 56 are women. The women are contributing actively for agricultural the social change and for new ruralities and one of them she is being engineers agronomists.

**Key-word:** Sort, agriculture, agricultural professional

### **INTRODUÇÃO**

O Rio Grande do Sul é um estado com 281.748 km<sup>2</sup> (IBGE, 2015), localizado no Extremo Sul do Brasil, continente Americano, caracterizado por colonização de várias nacionalidades. Índios sempre foram habitantes da região riograndense, e com a chegada dos imigrantes, e de fatos da história, especificamente com a chegada dos Jesuítas, em 1549, com intuito e unir o Brasil pelo catolicismo, houve a influencia da agricultura através da pecuária inicialmente, e posteriormente, após isso, com a

expulsão dos jesuítas sob a alegação de que formariam um império independente (em 1759), conforme Pedro (2008), e com a chegada de novos imigrantes a partir daí, novas fisionomias foram tomando conta dos chamados PAMPAS. Hoje, essa região, correspondente a mais de 60% do território riograndense, é considerada um Bioma, onde a paisagem natural é composta por serras e planícies, morros rupestres e coxilhas, associando patrimônio cultural à biodiversidade (MMA, 2015).

O Brasil é um país marcado pelo colonialismo, por mais de trezentos anos, e pela escravidão (com a importação de pessoas oriundas da África), a agricultura inicialmente de exploração dos bens da natureza como a madeira e o ouro. Exploração da terra e do trabalho. Da terra quando se dividiu o país com dimensões continentais, em capitanias, que deveriam dar lucro para a coroa, e que pelo pacto colonial, o Brasil podia apenas comercializar com sua metrópole (Portugal) aquilo que essa não produzisse. Dentre os ciclos de cultivo e exploração que teve-se no Brasil, especificamente no Rio Grande do Sul, teve-se o ciclo do charque (carne curada pelo sal), oriundo da pecuária trazida pelos imigrantes europeus. Mulheres, não protagonizavam essa história. Mulheres pouco são citadas na história brasileira, exceção à Princesa Isabel, filha de Dom Pedro II, a qual lhe é atribuída a Lei Áurea, que abolia a escravidão no Brasil. Em 1827, no império, foi permitido que as mulheres estudassem, mas ensino considerado ‘elementar’. Mulheres foram conquistando alguns direitos a menos de 100 anos, com o direito ao voto. Esse direito foi constituído em 1932 no Brasil. Eram tratadas como pertencentes aos seus maridos. A condição de analfabetismo era muitas vezes vinculada ao fato de serem mulheres. Mulheres agrícolas ou rurais, somente ganham força a partir dos anos 80, onde a luta pelas desigualdades começam a serem embatidas na reforma agrária (MMC, 2015), nas conquistas de melhores salários e na participação da vida pública do país, especificamente na política. Embora tenha havido pouca protagonismo das mulheres, tem-se marcas históricas como a primeira mulher a votar e a ser eleita deputada federal, Carlota Pereira de Queiroz, que era médica, escritora e pedagoga e em 1934 iniciou sua fase política (Schpun, 1997). Consta também na história militar, a presença de Maria Quitéria, datada de 1792. Apenas em 1985 é que se criou a primeira delegacia da mulher, e de anos mais tarde, a primeira Lei (Maria da Penha) em que coíbe a violência contra a mulher. Percebe-se a atualidade do tema. Dentro desse panorama, a mulher passa a se inserir no mundo do

trabalho, e profissões que eram consideradas masculinas, passam a fazer parte do rol de profissões elencadas pelas mulheres. Surge então a questão do gênero dentro da Agronomia, que é a profissão que lida com o campo, com as engenharias rurais, com maquinários, irrigação, metodologias de fazer o campo produzir mais e melhor.

Agronomia, definição em 1361, vem do grego *AGRONOMOS*, que significa o estudo científico dos problemas físicos, químicos e biológicos apresentados pela prática da agricultura. No Brasil, a história da Agronomia deu-se no Brasil há mais de duzentos anos, sendo Dom João VI o responsável pela criação de escolas, inicialmente na Bahia em 1812 e depois no Rio de Janeiro, em 1814. Em 1859 fundou-se o Instituto Baiano de Agricultura, e é em 1875 que a Imperial Escola Agrícola da Bahia é implantada, e reconhecida em 1910. No Rio Grande do Sul, na cidade de Pelotas, implantou-se a segunda escola de Agronomia do país em 1883, e o registro da primeira engenheira agrônoma a se diplomar nessa mesma escola, em 1915. Entretanto, a profissão de Engenheiro Agrônomo somente foi reconhecida em 1933 (UFOPA, 2015), e a história conta que a primeira engenheira agrônoma a exercer a profissão foi Veridiana Victoria Rossetti, formada em 1939, sendo a segunda diplomada no Brasil (CNPQ, 2015). Atualmente no Brasil, tem-se 224 instituições de ensino superior que oferecem o curso de Agronomia, sendo que das instituições públicas federais, 75% oferecem o curso, e dentro dessas, o curso de Agronomia está vinculado a Universidades em 93% das vezes e apenas 7% nos Institutos Federais ([HTTP://emec.mec.gov.br](http://emec.mec.gov.br)). O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul foi fundado em dezembro de 2008, e o curso de Agronomia passou a ser oferecido no primeiro semestre de 2010, no Campus Sertão, tendo uma turma concluído o curso. O Campus Sertão localiza-se na área rural do município de Sertão, região do Planalto Médio Gaúcho, ecogeograficamente em uma zona de transição entre o Bioma Pampa e a Mata Atlântica. Zona em que muitos imigrantes se instalaram com o intuito de exercerem a agricultura, promovendo o desenvolvimento dessa região, considerada região da ‘Produção’.

Segundo Brumer (2004), o Rio Grande do Sul pode ser dividido em três grandes regiões, com base em sua homogeneidade histórica. A região Sul caracteriza-se pela concentração da posse da terra – estrutura fundiária herdada do período colonial – e, como consequência, pela concentração da renda, por centros urbanos esparsos e pela reduzida densidade da população rural. Ocupando um pouco mais da metade do

território gaúcho, a Região Sul possui uma área relativamente plana –a zona de campos –, onde predominam a pecuária e, a partir dos anos 1970, as lavouras modernizadas e mecanizadas de arroz, soja e trigo. A região Nordeste, constituída pelo eixo Porto Alegre–Caxias do Sul e por algumas áreas no seu entorno, é a região mais industrializada e urbanizada do Estado, e em sua agricultura predominam as pequenas propriedades. A região Norte, que compreende a zona de vales e planaltos, com cobertura vegetal de matas, é fundamentalmente agrária. A estrutura econômica da região foi fortemente influenciada pela imigração de europeus não ibéricos e de seus descendentes, procedentes de áreas coloniais mais antigas, onde praticavam a agricultura com base na pequena e na média propriedade. Alguns municípios dessa região conseguiram, com o passar do tempo, sediar algum crescimento industrial diretamente vinculado à produção primária, tais como o processamento de produtos agrícolas locais e a produção de insumos e implementos para a lavoura (Brumer, 2004). Na região do IFRS- Campus Sertão, trata-se de uma região muito heterogênea, onde uma produção inicialmente muito diversificada tendeu a ceder, paulatinamente, em muitas áreas, espaço para as lavouras mecanizadas do trigo e da soja.

Em resumo, no estado do Rio Grande do Sul, 90% das propriedades rurais possuem menos de 100 hectares. Propriedades com mais de 1000 ha corresponde a 0,1%, sendo menor que 1% da área do estado, e propriedades com menos de 10 ha correspondem a mais de 35% do total de propriedades, estimando-se que a agricultura familiar seja o modo geral dos estabelecimentos agropecuários (Brumer, 2004).

Em relação à manutenção da mulher no meio rural, bem como dos jovens, a regionalização pode explicar vários fatores, entretanto, mundialmente se considera que a recusa dos filhos em suceder os pais se deve a recusa do modo de vida dos pais, ou seja, uma crise de identidade social, culminando na desvalorização da atividade agrícola tradicional. No Rio Grande do Sul em 1950 havia uma média superior a 5 filhos por casal no campo, e em 1995, passou para menos de 3. A mulher possui historicamente menor perspectiva de permanecer no campo sozinha, a menos que tivesse filhos jovens ou adultos residindo com ela. Brumer (2004) revela que há maior migração de mulheres para a zona urbana do que de homens, no entanto, com as conquistas a partir de 1989 de benefícios sociais, como a aposentadoria e a licença remunerada para maternidade, além da proximidade das áreas urbanas com as áreas rurais, e as novas oportunidades de

trabalho externo às propriedades rurais, são fatores que contribuem para manter a mulher residindo no campo, e quiçá, se interessando mais pela agronomia.

O objetivo desse trabalho é traçar a caminhada histórica das mulheres dentro do ambiente rural profissional, através do curso de Agronomia, realizando-se um estudo do panorama atual da participação das mulheres no referido curso, tendo como base o IFRS-Campus Sertão, com o acompanhamento da implantação do curso em 2010, até 2014, que data a formação da primeira turma.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Avaliou-se a comunidade acadêmica matriculada em 2014 no curso de Agronomia do IFRS – Câmpus Sertão, contando com todas as turmas constituídas, sendo a turma de formandos (2010) até as ingressantes no ano (2014), onde realizou-se um levantamento através dos alunos matriculados de homens e mulheres. Os dados foram transcritos em gráficos demonstrativos e relacionados com as atuais ruralidades regionais e brasileiras, e apresentados no presente trabalho.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

De um total de 170 alunos matriculados no curso de Agronomia do IFRS - Câmpus Sertão, 114 são homens e 56 são mulheres. As turmas são constituídas atualmente com 40 vagas, sendo 20 oriundas de processo seletivo que ocorre na entidade, e 20 vagas de ampla concorrência através do Sistema Único (SISU), reservando vagas para minorias conforme a legislação e políticas de inclusão. Entretanto, verificou-se que no ano de 2013, o ingresso de mulheres no curso foi praticamente semelhante ao de homens, tendo formado um gráfico crescente até então. Entretanto, em 2014, verificou-se maior ingresso de homens no curso, sendo as mulheres representadas por menos de um terço do total (Gráfico 1).



Gráfico 1. Panorama dos 5 anos de Agronomia do IFRS- Campus Sertão em relação ao gênero dos alunos

A manutenção da mulher no campo esbarra na desvalorização e crise de identidade social. A mulher possui historicamente menor perspectiva de permanecer no campo sozinha. Brumer (2004) revela que há maior migração de mulheres para a zona urbana do que de homens. E percebe-se que a busca de qualificação profissional pode ser um caminho escolhido por essas jovens rurais para permanecerem no campo. Também considera-se que em virtude das conquistas a partir de 1989 de benefícios sociais, como a aposentadoria e a licença remunerada para maternidade, além da proximidade das áreas urbanas com as áreas rurais, e as novas oportunidades de trabalho externo às propriedades rurais, possam ser fatores que contribuam para manter a mulher residindo no campo, e quiçá, se interessando mais pela agronomia, e percebe-se a tendência das mulheres em várias áreas agrônomicas.

As escolhas se permeiam desde o ensino, onde a mulher agrônoma se qualifica através da realização de mestrados e doutorados, e seguem para a academia, quanto a trabalhos de campo, como avaliações e perícias, vistorias e assistência técnica em lavouras. Observa-se também a atividade zootécnica, com muitas mulheres agrônomas envolvidas na produção animal, seja na alimentação direta dos animais, como é o caso das plantas forrageiras e pastagens, quanto na elaboração de dietas e rações para vários tipos de animais. Percebe-se também o trabalho mais específico na pesquisa, com áreas

de melhoramento genético de plantas e biotecnologia, bem como na defesa fitossanitária. Enfim, barreiras que poderiam existir entre a profissão e o gênero, estão ficando distantes nos últimos anos, e acredita-se que aproximam as mulheres do campo cada vez mais. Com a tendência e recente conquista da reforma agrária beneficiando núcleos familiares em que o chefe de família não é apenas o homem, acredita-se que a presença da mulher agrônoma nas mudanças sociais agrícolas é uma ótica que deve ser observada com maior atenção por fornecer uma linguagem de gênero e ao mesmo tempo global, permitindo que não haja limites na abrangência do trabalho feminino.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se a tendência ao aumento da participação das mulheres na agricultura, e essas, estão se profissionalizando cada vez mais na área, através do curso de Agronomia.

As mulheres estão contribuindo ativamente para a mudança social agrícola e para novas ruralidades e uma delas é sendo engenheiras agrônomas.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUMER, A. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos feministas**, Florianópolis, 12(1), p. 205-227. 2004.

CNPQ. Victória Rossetti: Engenheira agrônoma. (1917-2010) Disponível em: <[http://www.cnpq.br/web/guest/pioneiras-view//journal\\_content/56\\_INSTANCE\\_a6MO/10157/902636](http://www.cnpq.br/web/guest/pioneiras-view//journal_content/56_INSTANCE_a6MO/10157/902636).> Acessado em 08/01/2015.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Área territorial Brasileira: Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/principal.shtm>. >Acessado em 08/01/2015.

UFOPA – Instituto de Biodiversidade e Florestas – IBEF – Engenharia agrônoma (Agronomia): o curso que alimenta o mundo. Disponível em: [http://www.ufopa.edu.br/cfi/download/material-para-sint-ibef-2deg-chamada-1/at\\_download/file](http://www.ufopa.edu.br/cfi/download/material-para-sint-ibef-2deg-chamada-1/at_download/file). Acessado em 08/01/2015.

PEDRO, Livia. História da Companhia de Jesus no Brasil: Biografia de uma obra (Dissertação de mestrado). PPGH – Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008. 117 p.

MMA- Ministério do Meio Ambiente. Bioma Pampa. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomas/pampa>. Acessado em 08/01/2015.

MMC. Movimento das Mulheres Camponesas. Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/44>.> Acessado em 08/1/2015.

SCHPUN, M.R.; Carlota Pereira de Queiroz: uma mulher na política. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.17, n.33, p.167-200. 1997.